



Comitê de Representantes

ALADI/CR/Ata 755
(Extraordinária)
29 de novembro de 2000

ATA DA 755ª SESSÃO DO COMITÊ DE REPRESENTANTES

Ordem do dia

O Comitê de Representantes recebe a visita do Senhor Michael Moore, Diretor-Geral da OMC, e do Senhor Rubens Ricúpero, Secretário-Geral da UNCTAD.

Preside:

CARLOS HIGUERAS RAMOS

Assistem: Jorge Alberto Ruiz, Ricardo Harstein e Gustavo Vivacqua (Argentina), Willy Vargas Vacaflor e María Elena García de Baccino (Bolívia), José Artur Denot Medeiros, Afonso José Sena Cardoso e Otávio Brandelli (Brasil), Héctor Casanueva Ojeda e Flavio Tarsetti Quezada (Chile), Fabio Emel Pedraza (Colômbia), Miguel Martínez Ramil e Fidel Ortega Pérez (Cuba), Carlos Santos Repetto (Equador), Julio Lampell Adler e Lilitiana Hernández Jiménez (México), Gloria Irma Amarilla Acosta e Luis Alfonso Copari (Paraguai), Carlos Higuera Ramos, Agustín de Madalengoitia e Ricardo B. Romero Magni (Peru), Elbio Rosselli, José Roberto Muineló e Ana Teresa Ayala (Uruguai), Rodrigo Arcaya e Nancy Unda (Venezuela) e Arnaldo Chibbaro (IICA).

Secretário-Geral: Juan Francisco Rojas Penso.

Secretários-Gerais Adjuntos: Leonardo F. Mejía e Gustavo Adolfo Moreno.

PRESIDENTE. Senhores Representantes, está aberta a 755ª Sessão, extraordinária, do Comitê de Representantes para receber a visita do Senhor Michael Moore, Diretor-Geral da Organização Mundial do Comércio.

Cabe-me a honra, como Presidente interino, de dizer algumas palavras e dar ao Senhor Moore o uso da palavra. Sem dúvida é uma satisfação especial ter conosco o Senhor Michael Moore, Diretor-Geral da OMC, com sede em Genebra. Temos a sorte de que o Senhor Moore esteja nesta sala porque está participando, em Montevidéu, da Segunda Conferência Anual sobre Solução de Controvérsias na OMC e no MERCOSUL.

Todos temos conhecimento do importante trabalho que vem realizando o Senhor Diretor-Geral da OMC. Trata-se de um trabalho vital para relançar, em um futuro próximo, uma nova rodada de negociações comerciais, para o qual nos estamos preparando, com vistas a ter uma visão global do comércio internacional e do desenvolvimento, onde a ALADI deverá desempenhar um papel de suma importância no futuro próximo.

Todos conhecem o Senhor Moore, todos conhecem seu currículo. Eu quero ressaltar que foi Primeiro Ministro da Nova Zelândia e que tem uma longa e distinta carreira política, que justamente o levou a ser hoje seja o Diretor-Geral da Organização Mundial do Comércio. Depois desta breve introdução, dou as boas-vindas ao Senhor Moore. Tem a palavra o Secretário-Geral da ALADI, Embaixador Juan Francisco Rojas.

SECRETÁRIO-GERAL. Muito obrigado, Senhor Presidente. Senhor Moore, Senhores Representantes, em nome da Secretaria quero dar-lhe as mais cordiais boas-vindas. Sabemos que Vossa Senhoria vem desenvolvendo uma importante atividade em Montevidéu, mas também temos conhecimento do conjunto de atividades de Vossa Senhoria, visando organizar uma nova rodada regional de negociações comerciais multilaterais.

Comentário [A1]:

Temos acompanhado com muito interesse as atividades de sua organização e as suas, de modo particular, em procura de tornar efetiva essa rodada nos momentos difíceis para todos os países latino-americanos, que enfrentam reiteradamente crises econômicas, decorrentes de movimentos financeiros que escapam ao controle de nossos Estados.

Para nós é um grande prazer e um orgulho que Vossa Senhoria esteja hoje aqui, mormente sabendo e estando conscientes dos importantes vínculos que a Associação Latino-Americana de Integração mantém com a OMC através dos acordos regionais e parciais que se subscrevem no âmbito de nossa Organização e ao amparo do Tratado. Este orgulho nosso é ainda maior porque sua visita se produz justamente no contexto do vigésimo aniversário da assinatura do Tratado de Montevidéu 1980.

Não quero prolongar minhas palavras, Senhor Moore. Nossa expectativa é escutá-lo. Não estão presentes apenas os Representantes e os membros das Representações Permanentes. Também está presente um grupo de funcionários da Secretaria, ávidos de conhecer os conceitos que Vossa Senhoria nos exporá e de agradecer-lhe a gentileza de ter aceito nosso convite. Agradecemos ao Governo do Uruguai suas gestões tendentes a concretizar sua visita a nossa

sede. É um grande prazer para mim dar novamente a Vossa Senhoria, em nome da Secretaria-Geral, as mais cordiais boas-vindas.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Secretário-Geral. Ofereço a palavra ao Senhor Michael Moore, Diretor-Geral da OMC.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO (Michael Moore). Muito obrigado por suas cálidas boas-vindas. Não é a primeira vez que estou neste edifício. Quando estava fazendo campanha e buscando apoio para chegar a este cargo, houve aqui uma reunião ministerial, e meus queridos amigos do Uruguai me permitiram expor meu assunto a vários dos Ministros presentes. Portanto, sempre estarei agradecido ao Uruguai e a alguns amigos muito especiais por sua amizade. Espero que se sintam orgulhosos de meu desempenho.

Quando a Conferência em Seattle fracassou, eu disse que pensava que esta era a pior notícia para os países mais pobres e mais vulneráveis e que não era uma vitória para o progresso. Aqueles que vêem injustiça no sistema de comércio, vêem seus desequilíbrios, sabem que a melhor forma de corrigir esse desequilíbrio e a injustiça é fazê-lo dentro de uma nova rodada comercial.

Vou dar aos senhores algumas cifras. Se pudéssemos liberalizar a agricultura, além de outros temas –porque não tenho ambições pessoais– dentro de um pacote equilibrado, isto representaria três vezes mais que toda a ajuda exterior junta para o desenvolvimento, de forma permanente, impulsionado pelo mercado. Penso que é algo pelo qual vale a pena lutar.

Hoje escutei uma afirmação na qual, realmente, não acreditava, até que voltei a perguntar onde tinha sido feita, no sentido de que todas as exportações ao sul da fronteira estadunidense juntas representam a mesma participação nas exportações mundiais que as da França. É uma cifra impactante e, realmente, eu não acreditava. Voltei a perguntar e constatei que é correta. Disseram-me também que, deixando de lado o México, todo o comércio ao sul do México seria equivalente ao comércio da Bélgica. E isso, não porque falte habilidade às pessoas, porque não existam produtos para vender ou porque as pessoas não estejam motivadas para fazer o melhor que possam para seu país, seus acionistas e suas famílias; é simplesmente porque nas áreas de excelência não há oportunidades e há restrições. Por isso fiquei decepcionado pela falta de êxito em Seattle.

Seattle não fracassou pelos protestos nem pelo processo, embora um pouco mais de processo e menos protestos teriam sido úteis. As diferenças eram demasiado grandes para superá-las. É fácil dizer que era um enfrentamento norte-sul, mas embora seja verdade em parte, também é verdade que pela primeira vez os Estados Unidos e a União Européia não conseguiram acordos. Estamos acostumados a que estejam de acordo em muitas coisas, salvo a agricultura, mas a brecha do Atlântico era enorme a respeito dos investimentos, do anti-dumping, das tarifas, das concorrências e de toda uma série de áreas.

Agora me encontro em uma posição lamentável, ao constatar que passei a maior parte de minha vida política a me preocupar pelo que ocorria quando os grandes se uniam contra os pequenos, sendo que agora estou alentando isso. Há somente uma coisa pior do que os grandes se unam contra os pequenos: quando não se juntam e não cooperam, pois nesse caso não há nada para

ninguém. De modo que a partir de Seattle temos trabalhado arduamente para tratar de superar as diferenças. Algumas das queixas a respeito do processo são acertadas –embora nem todas- e em Genebra mudamos a forma de fazer as coisas.

Por exemplo, para o final deste ano temos dedicado, em reuniões informais e formais, quase cem horas à questão da implementação. Em 1990 foram dedicadas cinquenta horas a todos os temas. O assunto da implementação é vital para os senhores, que desejam saber como vamos implementar alguns dos acordos. A responsabilidade é principalmente dos senhores, pois estes são os acordos dos senhores, mas também nós temos a obrigação de ajudar, dando cumprimento, lugar, tempo e ajuda, o que é um caminho de mão dupla. Antes de Seattle não falávamos da implementação. Nas últimas três semanas e nos próximos meses dedicaremos um total de cem horas ao tema, conseguindo um resultado modesto até final do ano. Isto é movimento, isto é flexibilidade.

Os senhores sabem que existe uma agenda incorporada. Os Ministros nos encomendaram começar com agricultura e serviços, que representam os dois terços da economia mundial. Estamos trabalhando e posso informar-lhes que temos conseguido, tanto em serviços como em agricultura, como se tivéssemos lançado uma rodada. Encontramo-nos na primeira etapa, onde se recebem as informações, é determinado o roteiro, averigua-se entre os europeus e os japoneses, o Grupo CAIRNS, qual será sua posição, não somente entre os países em desenvolvimento, e não há um único caminho correto. Portanto, para fevereiro ou março do próximo ano temos um inventário das posições em agricultura e serviços, além do trabalho a respeito da implementação e outras áreas, que às vezes dão lugar a conflitos.

Às vezes trabalhamos em nível técnico, porque ir além do nível técnico causaria problemas políticos. Por exemplo, o que quer dizer o povo quando pede uma política de investimentos? Poderia ser de enorme benefício se Singapura tivesse mais investimento que toda a África. Mas, isto ajudará mais os marginalizados de nossos integrantes?

Na questão da facilitação do comércio, o APIC, encontramos que é um custo maior para nossas economias, nossos postos de trabalho, nossas famílias, do que para as tarifas. Há um enorme e complexo problema; ninguém poderá implementá-lo muito facilmente embora pudéssemos chegar a uma decisão. De forma que em todos os temas, o progresso independente um do outro, são caminhos separados que chegarão a uma espécie de engarrafamento, mais ou menos em fevereiro ou março, quando deveremos nos deter e ver o que mais podemos fazer.

Para alguns de nós é difícil a participação. Há trinta países que não têm missões em Genebra. Como se pode esperar que eles se sentem em torno de uma mesa e participem? O que temos aprendido disto é que se as pessoas não têm uma melhor oportunidade de participar não podem ser culpadas por chegar à mesa e falar sobre os processos e a democracia, porque não houve intercâmbio de informações e, desta forma, os atalhos demoram mais. Não existe mais a época em que uns levavam os outros pela frente, somente por seu tamanho. Temos organizado novas formas de nos comunicar com os não residentes, com os países pequenos, vulneráveis, alguns do Caribe, muitos de

minha própria região, para aumentar sua capacidade, para que lutem por sua própria conta.

Tivemos a primeira reunião de Ministros de Comércio na África, que têm milhares de temas em sua agenda, mas desta vez foram tratados exclusivamente os temas da OMC. Mais importante do que a reunião ministerial foi que pela primeira vez juntamos 300 funcionários jovens e capazes, que querem servir seus países, em oficinas, seminários, trabalhando, sabendo que estas pessoas serão os próximos embaixadores e terão o futuro em suas mãos.

Haveria que ser pouco amplo para dizer que não temos estimulado uma maior participação. Agora já não se queixam de que há reuniões secretas, mas de que há demasiadas reuniões. Há muitas reuniões, talvez demasiadas reuniões, e é difícil para os Estados destinar o pessoal para suas missões em Genebra. É verdade que estão em auge as reuniões. Então, nossa estratégia é aumentar a confiança, obter resultados, chegar por diferentes caminhos a fevereiro ou março e depois, talvez, pedir ajuda a nossos líderes.

Temos um caminho, uma estratégia, um plano de marketing e de batalha. Há reuniões importantes para o ano que vem. Devemos nos perguntar como vamos adiantar a proposta no G7. Eu estou a favor do lançamento de uma nova rodada; creio que a maioria está mais interessada. Entretanto, não me parece que consigamos o progresso necessário nas áreas somente dos mandatos. Tem havido flexibilidade por parte dos principais países durante o último mês. Houve demoras, mas há flexibilidade a respeito da urgência de muitos dos temas. Queremos iniciar as negociações e em tudo o que fazemos olhamos para atrás e nos perguntamos se não poderíamos tê-lo feito melhor, o que temos aprendido, o que deveríamos ter feito. Embora ganhemos o jogo, sempre pensamos que deveríamos ter agido melhor. Olhando os últimos três meses, há ações que sabemos que poderiam ter sido feitas de melhor forma, e algo que realmente me preocupa é que talvez em Seattle tratamos de negociar uma rodada em lugar do lançamento da rodada.

De repente isto foi fruto da frustração pelo tempo que demorou a Rodada Uruguai, onde pensamos vários anos que se apenas tivéssemos podido dedicar mais horas ao assunto em determinado momento, teríamos economizado três meses mais adiante. A experiência dessa década foi tão forte, que às vezes deveríamos dizer que sim, que esta rodada deve existir. Já se começou a ver flexibilidade entre os poderosos e aqueles que têm a possibilidade de decidir. Não lhes posso oferecer garantias, mas enquanto isso seguiremos tratando de trabalhar, de fazer certas reformas que sejam úteis.

Alguns dizem que conseguir o lançamento da rodada custará uma crise ou que deverá haver uma depressão para lançá-la, mas eu me nego a aceitar isso. Outros dizem que deverá haver uma explosão de regionalismo contra o comércio aberto, diferentemente de alguns dos acordos regionais nesta região, que são mais abertos e que constituem as bases para uma solução multilateral mais ampla.

Há alguns sinais realmente preocupantes. O Japão, que tem sido grande cidadão da OMC durante os anos e que se tem demonstrado a favor do multilateralismo e das regras –embora às vezes se discuta sobre a mistura de produtos em sua economia– e tem sido uma grande força para o bem, agora

também está estudando acordos regionais. No entanto, devemos pensar muito bem nisto, já que os acordos regionais são fenomenais se forem abertos, mas não podem substituir as soluções multilaterais pois, em caso contrário, os menores e os mais vulneráveis ficarão fora.

Este, então, é meu informe. Eu sou otimista e acredito que a lógica preponderante dos mercados mais abertos, as sociedades mais abertas, o impulso que necessitamos para alcançar o equilíbrio a respeito das oportunidades para nossos produtos estão aí, mas será necessário o esforço dos líderes desde o centro.

Os Embaixadores sabem que apenas certas possibilidades podem vingar. Às vezes também acho que me enganei ao pensar que ter os Embaixadores trabalhando dezoito horas por dia poderia fazê-los mudar de idéia. Os Embaixadores somente podem negociar até onde chegam seus mandatos. Podemos alentá-los, matá-los de fome, mas não podemos obrigá-los a mudar sua posição nacional apenas porque os mantenhemos acordados horas a fio. E para sermos justos conosco, eu disse aos Ministros, em uma reunião importante antes de Seattle, que já tinham o texto para a negociação e que era tudo quanto precisavam, e que eu devia louvar nossos Embaixadores por terem chegado ao limite, por se terem mantido acordados toda a noite, mas se os Ministros não lhes dão novas instruções... não tem sentido. De modo que, em determinado momento, os líderes, os Primeiros Ministros e os Presidentes, deverão tratar estes temas e dar aos Embaixadores o espaço para alcançar os resultados. Essa é a outra lição que aprendi.

Muito obrigado. Se alguém deseja fazer algum comentário, com muito prazer vou tratar de responder ou de aprender de suas sugestões.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Moore. Vossa Senhoria foi sumamente expressivo e claro. Eu creio que agora temos uma visão muito mais exata da que tínhamos antes. A Secretaria me informa que temos alguns minutos por se algum dos Representantes quer aproveitar a presença do Senhor Michael Moore para fazer-lhe alguma pergunta.

Representação do PERU (Agustín de Madalengoitía). Obrigado, Senhor Presidente. Permitimo-nos transmitir uma preocupação ao Senhor Michael Moore a respeito de qual é sua impressão com relação ao impacto do ingresso da China na OMC, e sua posição perante a rodada do milênio.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO (Michael Moore). A China está muito próxima de unir-se à OMC, dentro de semanas ou meses, e esse será um dia histórico, porque pela primeira vez os senhores estarão em condições, quando tiverem uma disputa, de usar nossas regras e nossos tribunais. Eu não me preocupo de que tenha demorado mais do esperado; quanto mais demorem, de certa forma teremos mais certeza de que não fomos compreendidos. É uma grande decisão e uma decisão histórica. Os líderes chineses me têm comentado que desejam ser bons cidadãos, consideram isto como um dos aspectos mais importantes, desde 1949, para a economia da China. Eles têm que armar uma biblioteca de direito comercial, desde 1949. E com a mesma decisão Taipé se unirá a nós.

Tivemos cinco novos membros neste ano. Estamos trabalhando duramente para incorporar a Arábia Saudita. Também o Vietnã progrediu muito mais rápido que o esperado. Eu dou as boas-vindas à China. No caso dos países que se preocuparam pela forte competitividade dos chineses, pela primeira vez terão certos remédios, certos recursos, e isto deve ser bom para o mundo. Uma China crescente deve ser uma força positiva. É muito difícil para eles também; por isto terão mais pessoas desempregadas em um mês do que eu tenho em todo meu país. Portanto, será duro para eles.

No que tem a ver com a rodada do milênio, parece-me que é a forma mais equilibrada de progredir. Se gostarmos do *statu quo* e pensarmos que tudo está bem, tenhamos uma rodada; mas, se temos problemas, tenhamos uma rodada, que é a melhor forma de solucioná-los. Deve ser uma rodada de desenvolvimento; se não tem a ver com o desenvolvimento, com que vai relacionar-se?

Eu digo aos países ricos do norte que a rodada tem a ver com criar novos clientes para o futuro e determinar certas regras em áreas onde consideramos que são necessárias. Também tem a ver com o novo mundo, o comércio eletrônico e as tremendas oportunidades que oferece a todo o mundo, que também, a meu ver, é uma questão de desenvolvimento.

Quando estive na África, a maioria dos Ministros não se manifestava contra o comércio eletrônico; pedia mais. Muitas respostas estão em nossas próprias mãos. Londres tem mais conexões de internet que toda a África porque em boa medida isto se deve às políticas que vêm nas comunicações uma fonte de arrecadação, em lugar de as impulsionar para atingir o desenvolvimento. Creio, portanto, que a maioria dos países quer uma rodada. Há poucos que têm medo dela. O que agora estamos negociando são as condições para que aqueles que se sentem ameaçados em certas áreas tenham confiança em que se defrontarão com áreas onde há oportunidades.

Existem problemas, mas não acredito que seja necessária uma depressão para que se comece a pensar novamente nas coisas. Aqui se deve aplicar aquilo que diz quando se deve consertar o teto: quando está chovendo ou quando há sol. Minha opinião é que se deve consertar imediatamente e se faz da melhor forma possível por se chove, e é bom dizer que às vezes também o sol queima.

Delegação do BRASIL (José Artur Denot Medeiros). Obrigado, Senhor Presidente. Eu queria, antes de mais nada, agradecer a exposição muito franca do Senhor Diretor-Geral da OMC e colocar o tema dos acordos regionais e sub-regionais e sua vinculação com a OMC.

Fundamentalmente, eu queria saber se ele considera que o tratamento dos acordos regionais e sub-regionais e a verificação de sua compatibilidade com as regras multilaterais da OMC são ou não têm sido um problema ou uma fricção importante na vida da OMC.

Em segundo lugar, se a ausência de uma rodada multilateral tenderá a facilitar ou a dificultar esta compatibilidade entre a OMC e os acordos regionais.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO (Michael Moore). Obrigado. Nunca tomamos os acordos regionais através de nosso sistema porque, às vezes, não queremos tomar conhecimento de certos assuntos; como nos velhos matrimônios, há perguntas que não se fazem e respostas que não se quer saber.

Os puristas diriam que os acordos regionais nem sempre são algo positivo. As questões da divisão do comércio, os temas onde se deixa de lado os pequenos, está bem se a gente é Brasil, mas não se a gente vem das Ilhas do Pacífico. Essa é a perspectiva dos puristas.

Eu fui político, não muito bom, mas entendo que há motivos além do comércio, pelo qual devemos olhar para a questão do regionalismo. Se a gente não pode trabalhar em paz com os vizinhos, que esperanças pode ter? Portanto, de certa forma aqui me contradigo. Quando eu era Ministro da Nova Zelândia e um total oportunista, trabalhamos muito duramente para a Rodada Uruguai, mas também tentamos fazer negócios com qualquer outro; essa é a natureza de ser pequeno: deve-se trabalhar de todos os lados. Por conseguinte, acredito que o regionalismo pode ser um bom passo. Quem diria que a integração da Europa não foi boa para o mundo e quem diria que uma maior integração da Europa não seria boa para o mundo, principalmente se esses quatro milhões de agricultores polacos também se integram?

Entendo, portanto, o imperativo de trabalhar com os vizinhos. Entretanto, não deveria ser um substituto, e temo que o público nunca acreditaria. Os políticos querem trabalhar duro, querem conseguir coisas, os funcionários querem trabalhar duro e conseguir coisas e, perante a ausência de progresso em Genebra, mais e mais políticos vão jogar golfe e assinar acordos, mais e mais funcionários vão pensar em coisas úteis para que os ministros façam. Há outras vantagens do regionalismo. Sempre fiquei impressionado com a habilidade e a capacidade dos negociadores e jovens funcionários latino-americanos. Sempre vejo pessoal jovem e inteligente nas salas, que querem sair adiante, e muitas dessas capacidades foram desenvolvidas nas negociações regionais, onde aprenderam coisas. De modo que não posso ser purista e dizer que o regionalismo é mau, embora meu cargo talvez exija. Parece-me, além disso, que sempre é melhor obter um bloco mais forte para representar a si mesmo. Por exemplo, no caso da África poderão negociar melhor perante a América do Norte.

Por conseguinte, os esforços regionais podem ser uma fonte poderosa do bem; mas como substituto podem criar grandes perigos para o futuro. Pela primeira vez, agora vemos países como o Japão, que estão estudando os acordos regionais, e sempre existirão essas situações. Contudo, se alguns políticos e ministros acreditam que será fácil obter a aprovação dos acordos regionais e que o povo vai ficar calado e não protestará, creio que estão enganados. No Nova Zelândia, no caso da Rodada Uruguai, não podíamos conseguir um debate no Parlamento. Eu ia a programas de televisão e tratava de explicar, e ninguém se interessava. Agora a Nova Zelândia acaba de assinar um acordo de livre comércio com Singapura, que representa 0,005% de nada e houve uma grande comoção. Houve protestos, o Parlamento estava dividido, pedidos, gente falando do tema nos programas de televisão, e foi dada mais atenção política a Singapura que à Rodada Uruguai. Creio que as ONGs e os grupos de interesse vão gastar tanto tempo arrecadando fundos para se opor

aos negócios pequenos como aos negócios grandes. Parece-me que nisto há uma falta de cálculo político. Da mesma forma –não há meios aqui, não é verdade?- em uma situação bilateral, o menor sempre enfrentará decisões muito difíceis a respeito de temas que, de repente, não têm muito a ver com o comércio, e são mais vulneráveis. Em uma situação multilateral será mais fácil, e por isso creio tanto na OMC; creio que melhora a soberania e a dependência dos países, de forma que não é uma ameaça para a soberania das nações; é uma proteção principalmente para as mais vulneráveis, seja por sua mistura de produtos, seja por sua geografia. Esta é uma declaração muito difícil de fazer em público porque pareceria contraditória, mas a mim não me parece.

Representação da Argentina (Jorge Alberto Ruiz). Obrigado, Senhor Presidente. Obrigado, Mike. Em primeiro lugar, é um prazer para mim revê-lo. Faz tempo que não nos víamos. Muito obrigado por seus comentários. Como você imaginará, dificilmente um argentino pode deixar fora desta conversa a questão da agricultura, e considero que isto abrange todos os países da ALADI.

Estamos muito preocupados porque os níveis de apoio estão nas mesmas cifras de começo da década de 80. Pareceria que a Rodada Uruguai levou consigo muitas das esperanças que tínhamos quanto ao volume real de apoio.. E a pergunta é ao homem agrícola, porque há vinte anos conhecemos homens agrícolas e sei que você responderá como homem agrícola: o que é que se pode fazer realmente para introduzir, finalmente, a agricultura na OMC. É possível pensar em uma nova rodada de negociações se efetivamente os elementos básicos que estamos buscando não estão incluídos nesta negociação?

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO (Michael Moore). Lembro que em Punta del Este, não muito longe daqui, pessoas poderosas diziam que a agricultura nunca estaria dentro do GATT, e está no GATT. E não creio que a Rodada Uruguai tenha sido uma perda total para as agriculturas fora das economias protegidas.

Não tenho as cifras aqui comigo mas, por exemplo, creio que nos anos 70 a Europa passou de 10% para 60% das exportações de produtos lácteos. A verdade é que não vamos ter o lançamento de uma nova rodada se os países aqui representados não acreditam que os temas agrícolas serão tratados como pontos importantes.

É difícil convencer as pessoas, mas trataremos de convencer, pelo menos as pessoas que estão em torno desta mesa, no sentido de que será tratado em sua essência o tema da agricultura. Se não for assim, esse lançamento não terá lugar.

Em segundo lugar, embora haja um lançamento, se não se trata como tema importante a questão da agricultura, a rodada nunca chegará a uma conclusão. Por conseguinte, há flexibilidade, também existem decisões orçamentárias, mas continuam os mesmos discursos e as mesmas lutas, e não posso informar-lhes que tenha havido mudanças entre algumas forças importantes neste debate. Portanto, minha equipe e eu deveremos convencer os senhores e nossos amigos do Brasil no sentido de que vale a pena ter um lançamento. Onde iremos aterrisar? Isso é outra questão.

Representação do CHILE (Héctor Casanueva Ojeda). Obrigado, Senhor Presidente. Eu desejaria saudar em nome da Representação do Chile o Senhor Diretor-Geral da Organização Mundial do Comércio e manifestar nossa satisfação por sua presença, por sua visita à ALADI, por sua exposição, bem como pela oportunidade de trocar algumas idéias e, principalmente, fazer-lhe alguma consulta.

Como Vossa Senhoria sabe, Senhor Diretor-Geral, como país temos sido entusiastas partidários da rodada do milênio, desde o primeiro momento em que se apresentou a idéia, faz alguns anos, e continuamos a manter nossa opinião de que é necessário que esta rodada se realize quanto antes. Ao mesmo tempo somos um país que tem tratado de compatibilizar o conceito de abertura unilateral com a abertura também multilateral dos organismos e, neste caso, através da Organização Mundial do Comércio.

O Parlamento chileno aprovou por unanimidade o Tratado de Marrakech, algo bastante surpreendente nos parlamentos. Eu desejaria fazer-lhe uma pergunta, embora entenda que temos pouco tempo. Existe uma preocupação, Senhor Diretor-Geral, a respeito de que não há dúvida de que o processo de liberalização do comércio mundial tem sido crescente, dinâmico, nos últimos trinta anos, e que a Organização Mundial do Comércio tem grande importância nessa realidade. Entretanto, ao mesmo tempo em que se vão produzindo a liberalização crescente e um aumento em termos absolutos da participação no comércio mundial de todos os países, também haverá uma maior concentração do comércio por parte dos países com maior nível de desenvolvimento. Onde, pensa Vossa Senhoria, está a chave para introduzir um elemento de equidade neste processo, que pode acabar frustrando as expectativas dos países, notadamente os países em via de desenvolvimento, se não se corrigem, de alguma forma, estas tendências de concentração?

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO (Michael Moore). Considero correta sua análise, mas creio que conhecemos a resposta. Em primeiro lugar, é uma questão de acesso aos mercados. Em segundo lugar, de construção das capacidades, e estamos tratando de ajudar os países menos desenvolvidos. Eu sei que alguns se preocupam porque isso constituiria desvio de comércio, mas tenho estado em países com tremendos problemas, e não podem produzir a comida e os têxteis que querem no norte, mas tampouco os deixam vender. De forma que, a meu ver, parece ser uma proposta simples. Onde está o equilíbrio? É uma questão de acesso aos mercados e de construção de capacidades.

O comércio não é suficiente se não estiverem em condições de fazer comércio, se não houver condições para o investimento, se não houver uma infra-estrutura, se não houver transporte, se não houver boas telecomunicações, aeroportos, um sistema portuário aberto. Assim não se pode ter êxito. Vejo o comércio como parte importante desse coquetel. Mas a questão é o que fazem os países com isso. É uma decisão dos governos nacionais. Suponho, portanto, que essa é minha resposta.

Também são importantes a dívida e outras questões. Logicamente, a educação é importante, igual que o comportamento dos governos. E nós, nas instituições, junto com o Banco, o Fundo e outros, devemos trabalhar em harmonia para ajudar os países a tirar proveito do que se oferece. Não posso, porém, olhar de frente as pessoas quando creio que o mercado e o campo de

jogo não estão nivelados, porque não estão mesmo. Creio que nossos amigos não seriam prudentes tampouco se resistissem esta oportunidade de mudança ou se acreditassem que podem manter as velhas condições, freando o comércio eletrônico ou o que for. Minha mensagem final seria, então, que se os senhores estão conformes com o *statu quo*, se lhes parece que está bem, então não façamos nada durante quatro ou cinco anos; mas, se os senhores estão irritados e impacientes como eu e meus trabalhadores e famílias no meu país, então creio que devemos nos juntar em uma mesa e ver o que podemos fazer.

Necessitamos sinais de boa fé, de compromisso, e não queremos que isto seja simplesmente a coroação de uma reunião onde nos sentamos e nos sentimos bem. Se nos comprometemos de saída a acompanhar estes temas e se suspendemos algumas atividades que não são úteis, teremos feito algo positivo. Também creio que onde existem injustiças e diferenças, se nos parece que as podemos resolver através de mais e mais disputas, utilizando nosso sistema, faremos mal uso do sistema de solução de controvérsias, que é a melhor garantia de um sistema justo, e isso também me preocupa.

Lamento, mas tenho outra reunião, e já tomei muito tempo dos senhores. Quero agradecer a todos os senhores, a meus velhos amigos, com os quais há muito tempo estamos fazendo esforços neste sentido, e esses esforços não terminarão tão em breve. Não posso prognosticar que os senhores vão perder seus trabalhos pelo êxito tão enorme que possa haver no comércio nos próximos vinte e quatro meses.

- Aplausos.

PRESIDENTE. Antes de despedi-lo, desejaria, em nome do Comitê de Representantes, e da Secretaria-Geral, pedir-lhe que assine o Livro de Visitantes Ilustres.

- Assina o Livro de Visitantes Ilustres.
- Entrega de uma lembrança da Associação: a medalha comemorativa dos vinte anos da ALADI.

INTERVALO

Reiniciamos a sessão para receber a visita do Senhor Embaixador Rubens Ricúpero, Secretário-Geral da UNCTAD, Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento.

O Comitê de Representantes da ALADI tem o prazer de receber nesta sessão extraordinária uma personalidade muito querida de todos nós, líder de um Organismo internacional cuja existência é de fundamental importância para a comunidade internacional. Temos este privilégio graças a que o Embaixador Ricúpero vem a Montevideu não apenas para gozar do clima deste belo país,

mas também para assistir à Segunda Conferência Anual sobre Solução de Disputas na OMC e no MERCOSUL, entre outras atividades.

Todos conhecemos o trabalho essencial que vem realizando a UNCTAD para ajudar seus países-membros a prepararem-se melhor para o fenômeno da globalização que enfrentamos hoje, bem como para entender melhor o vertiginoso comércio internacional e o desenvolvimento ao qual assistimos com assombro e nos quais o Sistema Multilateral de Comércio é um de nossos três temas prioritários, notadamente desta Associação Latino-Americana de Integração.

O Embaixador Ricúpero é líder, reitero, de um organismo para cuja criação, em 1964, tive a sorte de colaborar, quando a visão era criar um novo ordenamento econômico internacional. Ele é um mestre nato. Consta-me seu espírito pedagógico. Desde que assumiu o cargo, faz alguns anos, tem feito propostas sumamente atrativas para os países-membros. Uma dessas propostas é a que se refere a formar pensadores em negociações internacionais. Creio que este é um dos pontos mais importantes que temos pela frente para poder sair adiante, e com êxito, nestas gigantescas negociações que temos diante de nossos olhos.

Disse que recebíamos uma personalidade muito querida, pois, além da admiração e do afeto que muitos possam sentir pelo Embaixador Ricúpero, eu tenho imensas provas disso, pois em nossos primeiros passos na diplomacia de nossos países, não vou mencionar o ano, trabalhamos juntos em Washington, cada um em sua Embaixada, logicamente, voltamos a nos encontrar em Quito, cidade da qual conservo a lembrança de inesquecíveis momentos. Depois o vi novamente em Lima, em várias oportunidades. Melhor ainda, quando me desempenhei em nossa Embaixada em Brasília e ele era Diretor para a América, no Itamaraty. Posso assegurar-lhes que foi a época mais gloriosa e premiada para as relações bilaterais entre o Peru e o Brasil.

Ofereço a palavra ao Senhor Secretário-Geral, reiterando as boas-vindas do Comitê de Representantes ao Embaixador Ricúpero.

SECRETÁRIO-GERAL. Obrigado, Senhor Presidente. É bom que nossa casa seja engalanada hoje com esta nova visita do Embaixador Ricúpero. Já tivemos oportunidade de compartilhar com ele nesta mesma casa em 1996 e cabe-me a sorte de que agora eu exerça o cargo de Secretário-Geral e, mais ainda, no âmbito do vigésimo aniversário da assinatura de nosso Tratado de Montevideu 1980.

Certamente haveria que agradecer novamente ao Governo do Uruguai a oportunidade e as facilidades que nos deu para que se concretizasse a visita do Embaixador Ricúpero a nossa sede, em um momento de muita transcendência para os trabalhos que estamos realizando em matéria de integração econômica e não apenas pelos trabalhos, mas pelo contexto no qual eles se realizam e, mais ainda, quando acabamos de ouvir palavras do Diretor-Geral da Organização Mundial do Comércio, onde conseguimos plena coincidência quanto ao impulso que vem dando o Embaixador Ricúpero para que efetivamente essa nova rodada regional, essa rodada de negociações multilaterais, que pareceria vislumbrar-se, não seja uma rodada exclusivamente de normas comerciais, mas que realmente aponte para uma rodada do desenvolvimento.

Da mesma forma, o Embaixador Ricúpero, como Secretário-Geral de uma Organização muito relacionada com os trabalhos que realizamos na ALADI e que pessoalmente pudemos também executar em nossa trajetória profissional, esteve muito perto do falecido Manuel Pérez Guerrero, também Secretário-Geral da UNCTAD. Sentimos um especial afeto, uma especial admiração por seu trabalho e pelo trabalho da Organização que Vossa Excelência lidera. Sem mais preâmbulos, Embaixador Ricúpero, seja bem-vindo a nossa Casa. Aqui não estão somente os Representantes junto ao Comitê e os demais membros das Representações. Tomamo-nos a liberdade de convidar um grupo de funcionários, presentes em sala, ávidos de conhecer diretamente seu pensamento sobre como vem evoluindo, como vê Vossa Excelência a evolução do Sistema Econômico Mundial e o papel da América Latina no mesmo e, logicamente, sua integração. Muito obrigado por ter aceito nosso convite. Seja bem-vindo.

PRESIDENTE. Obrigado, Embaixador Rojas. Creio que é o momento de dar a palavra ao Embaixador Ricúpero.

SECRETÁRIO-GERAL DA UNCTAD (Rubens Ricúpero). Senhor Presidente, Senhor Secretário-Geral, Senhores Representantes, senhoras e senhores, meus amigos, para mim também é uma grande alegria voltar ao Comitê da ALADI, onde, como Vossa Excelência teve oportunidade de lembrar, estive há mais ou menos quatro anos.

Temo que depois de Mike Moore minha apresentação seja um pouco anticlímax, porque imagino que ele lhes terá contado coisas mais excitantes, que está tratando de lançar uma nova rodada de negociações. Mas, antes de fazer alguns comentários não posso deixar de mencionar minha alegria por estar ao lado de meu caro amigo Carlos Higuera, com quem tivemos muitas ocasiões de trabalho e de convívio em diferentes países, sempre com a mesma visão.

Eu desejaria dizer-lhes algo sobre a problemática da integração regional no atual âmbito dos problemas que temos no comércio multilateral e na economia mundial. Começo por dizer que, de certa forma, a ALADI e a UNCTAD são geneticamente descendentes do mesmo pai, pois têm o mesmo DNA, uma vez que na origem da idéia da integração americana e, claramente na raiz da ALADI, encontraremos Raúl Prebisch com seu pensamento e sua influência, e outros. Logicamente, sua influência não era exclusiva, mas majoritária.

Cada vez que tenho a oportunidade, transmito minha opinião de que Raúl Prebisch foi, certamente, a inteligência mais criativa em matéria de desenvolvimento e economia produzida por este continente. É realmente uma pena que dessa geração com tantos outros, inclusive meu compatriota Celso Furtado e outros, aparentemente não tem sido possível contar com a mesma capacidade latino-americana de constante criação, a partir de uma perspectiva nossa. Hoje vivemos, talvez, um período em que, em boa parte, as idéias, as estratégias econômicas ou comerciais são importadas, da mesma forma como nos abrimos ao comércio e um pouco à importação de idéias e há talvez um conteúdo menor de produção local, no sentido de pensar nos problemas a partir de uma perspectiva latino-americana.

Sempre é útil, porém, lembrar um pouco como Raúl Prebisch chegou à idéia da integração regional. Os senhores sabem que pouco depois da Segunda

Guerra ele tinha sido encarregado por seu país, a Argentina, de preparar o plano de utilização das quantiosas reservas que a Argentina tinha acumulado durante a guerra com suas exportações para os beligerantes. Como fazer o melhor uso possível desses recursos. Rapidamente perceberam que, lamentavelmente, antes mesmo de que o plano fosse aplicado, os preços dos produtos manufaturados tinham subido tanto que os recursos acumulados eram insuficientes para chegar às metas propostas. O mesmo ocorria, evidentemente, com as importações da Argentina, basicamente exportações de produtos primários. E é aí que ele vai desenvolver toda sua teoria sobre a deterioração dos termos do intercâmbio e simplesmente pode ser feito de duas formas: melhorando os preços dos produtos exportados ou tendo alguma influência sobre a composição das exportações. Ou seja, através de políticas ativas que possam mudar o conteúdo das exportações.

Eu lembro esses fatos simples, de certa forma, elementares, que todos conhecemos, porque muitas vezes esquecemos que essa é uma verdade que continua em vigência, como a CEPAL, que ele dirigia, para permitir que países exportadores exclusivos de produtos primários pudessem ser gradativamente exportadores de produtos com mais incorporação de tecnologia e, por isso mesmo, menos sujeitos à deterioração de preços que afeta secularmente as *commodities* e que hoje ninguém mais discute, nem mesmo o Fundo Monetário. Houve um momento em que se discutia se isso era verdade ou não, mas hoje já não há mais discrepância. Basta dizer que uma das séries de preços mais antigos que existem, que é *The Economist*, de Londres, mostra que em 1999 os preços dos produtos básicos chegaram ao ponto mais baixo desde 1845; 1845!

Então, como mudar essa situação. A idéia de Raúl Prebisch era que os países tinham que incorporar tecnologia. Como muitas vezes não tinham dimensão de mercado, era necessário, através da integração regional, criar essa dimensão de mercado que lhes fazia falta e, como dizia há um momento, esse princípio permanece válido, hoje como antes.

Um movimento de integração somente terá êxito se for capaz de permitir a seus membros fazerem justamente isso que a CEPAL hoje chama a transformação produtiva, com equidade; e equidade no sentido de que todos os membros devem participar dos benefícios e devem ter a possibilidade de realizar sua transformação produtiva.

Estou convencido de que não existe nenhum outro instrumento, para utilizar o comércio como fator de desenvolvimento, melhor que a integração regional, se de verdade estamos buscando esta finalidade, que é mudar a deterioração dos termos de intercâmbio, e se não estou convencido de que se possa obter isso exclusivamente com uma abordagem multilateral, sem que antes se possa superar esta etapa de preparação.

Nesse ponto devo dizer que muitas vezes estou em desacordo com meus colegas, seja da OMC, seja do Banco Mundial, especialmente, que vêem com muita desconfiança o regionalismo, porque costumam considerar o regionalismo como potencialmente conflitante com o ideal multilateral.

A despeito de que muitas vezes se diga em público que não é assim, que são compatíveis, que são complementares, na prática nota-se, por exemplo, na

atuação de certas organizações, uma tentativa de mostrar, de uma forma ou de outra, os pontos em que o regionalismo é mais deficiente.

Conto-lhes, inclusive, uma estória muito antiga. Faz três anos, quando se realizou em Genebra a Segunda Reunião Ministerial da OMC, depois de Singapura, que coincidiu com os 50 anos do GATT, o Banco Mundial decidiu fazer um seminário sobre problemas regionais e me convidaram para abrir o seminário. Nessa ocasião eu lhes disse que um problema sério que me parece que muitas vezes têm esses estudos que tratam de mostrar que o regionalismo desvia o comércio em lugar de criar comércio é que quase sempre carecem de uma perspectiva histórica, de uma compreensão mais ampla dos problemas dos países em desenvolvimento, porque se se diz que há desvio, há desvio a respeito de algo. No que tem a ver com o que seria o panorama normal dos fluxos se não houvesse essa intervenção. Qual é o padrão que se toma como ponto de partida; esse padrão é o que se criou, por exemplo, em nosso continente por quatro séculos de capitalismo mercantilista.

Não se deve esquecer que nós todos somos herdeiros e produtos naturais de sistemas de comércio baseados no monopólio, no exclusivo; mesmo este país, na cidade de Colonia, era uma tentativa, um pouco através do contrabando, de atenuar talvez o que era um monopólio exclusivo das duas coroas ibéricas.

Nós nascemos de um processo histórico que durante séculos reprimiu com a lei qualquer tentativa de fazer comércio entre vizinhos, e com todas as conseqüências. Nós chegamos, por exemplo, ao ano 2000, um país como o meu, o Brasil, com dez vizinhos, quase sem possibilidade de acesso por terra, de qualidade, a quase nenhum até hoje. As poucas conexões que temos de infraestrutura de transporte são precárias, e com muitos não temos absolutamente nada. Portanto, tudo isso foi criando um âmbito, e é claro que os fluxos comerciais seguiram sempre esse rumo que hoje conhecemos. É porque assim foram criados por quatro séculos de mercantilismo, e hoje é claro que já são beneficiários de tudo quanto tem sido feito: a infra-estrutura de transporte, de comunicações, a complementaridade dos mercados, os contatos comerciais. A meu ver, a integração regional está longe de ser antinatural; é a maneira de voltar ao que seria natural, que é começar o comércio com os vizinhos, pela contigüidade geográfica, e não é por outra razão que cada vez que se produz uma liberalização bilateral, como foi o caso Argentina-Brasil, Venezuela-Colômbia, há uma explosão imediata do comércio bilateral. Então, eu acredito que a integração regional se coloca em um âmbito muito mais amplo; não é apenas algo de interesse meramente comercial a curto prazo, mas algo que vai além.

Hoje estou convencido de que isso ganhou uma nova dimensão, que é a dimensão que lhe advém do problema da globalização crescente da economia mundial. Por que? Porque a globalização significa uma intensificação da concorrência, e é fácil compreender as razões.

Na medida em que se reduzem ou eliminam as barreiras que outrora protegiam os setores, logicamente a concorrência se intensificará, aumentará. Mas, como se pode ganhar em capacidade de competir em um mundo onde há tanta disparidade, não só de níveis de desenvolvimento efetivo, mas disparidade de normas? Porque não devemos esquecer que o sistema multilateral de comércio que encarna hoje a OMC está longe de ser perfeito. Eu mesmo passei

muitos anos de minha vida e tenho sido Presidente do Conselho do GATT e das partes contratantes e conheço um pouco a máquina e posso lhes dizer que em grande parte, apesar de que o sistema tenha grandes méritos, particularmente de estar baseado em regras, com o qual tem certa previsibilidade e certa garantia contra o unilateralismo, o sistema é produto de 50 anos de negociação, sendo que durante boa parte desses anos o GATT foi praticamente um clube de nações industriais.

O Brasil estava presente desde o começo, mas praticamente não participava, como alguns outros países em desenvolvimento. E é lógico, natural e compreensível que para as nações industriais nos anos 50 e 60 a prioridade era reduzir as tarifas industriais; não se interessavam pela agricultura. Como iam se interessar pela agricultura se era o momento em que a unificação e a integração européias começavam a utilizar a política agrícola comum como principal instrumento da unificação dos mercados europeus. Era lógico que a agricultura tinha que ficar de fora e não se deve esquecer que o primeiro *waiver*, a primeira exceção em matéria de agricultura foi dada aos Estados Unidos no início dos anos 50. Faz quase meio século, o primeiro *waiver* em têxteis de algodão, outra vez aos Estados Unidos no final dos anos 50.

Hoje nos dizem que em matéria de propriedade intelectual devemos adaptar nossas legislações em cinco anos e que é muito. E eles já têm 50 e 45 anos e não estão preparados ainda; ainda se preparam. É a transição mais longa da história do sistema. Então, deve-se olhar estas realidades porque minha conclusão é muito clara e simples: ganha-se em competitividade através de um processo de aprendizagem; deve-se aprender a produzir, aprender a fazer comércio, aprender a competir e não digo que essa aprendizagem somente se faz da forma como vou expor, mas me parece que a forma mais natural é aprender com os que pertencem mais ou menos à mesma categoria, com os que estão mais próximos, com aqueles que têm mais ou menos uma cultura própria, parecida, com os quais temos certa possibilidade, não digo uma igualdade aritmética mas, pelo menos, menor desigualdade. É por isso que a integração regional preserva toda sua importância, porque hoje uma das tendências um pouco preocupantes do multilateralismo globalizante é o fato de que já não se conforma com a chamada integração superficial, que eram as negociações para eliminar ou reduzir as chamadas medidas de fronteira, as tarifas, as quotas, as barreiras quantitativas. Hoje estamos já em um período de integração profunda, que significa adotar normas de harmonização de políticas, mesmo em setores que antes pertenciam à exclusiva competência dos Estados, e cada vez mais se busca expandir a fronteira do sistema comercial para abranger novas áreas. Agora mesmo se discutem as normas do trabalho, as normas ambientais, e há uma idéia no horizonte mais longínquo: um dia haverá que falar da harmonização do sistema tributário, porque também os impostos terão impacto sobre a capacidade dos países para competirem.

Nesse esforço de integração profunda, um risco que existe, e que não é apenas um risco imaginário, porque já está ocorrendo atualmente na realidade, é a limitação progressiva e crescente da autonomia, da liberdade dos Estados para adotarem políticas de desenvolvimento e a limitação de adotarem políticas que os industrializados utilizaram no seu momento; por exemplo, as políticas de indústria nascente. Agora mesmo estamos presenciando em Genebra as queixas e preocupações dos países em desenvolvimento pela chamada aplicação dos

acordos da Rodada Uruguai, e em Genebra o problema é denominado *implementation* dos acordos.

Os senhores sabem que sob esse nome o que existe fundamentalmente é o fato de que os países tardiamente perceberam que tinham assinado acordos que lhes limitavam a capacidade de utilizar certas políticas; por exemplo, em matéria automotiva, o chamado índice de conteúdo local, a obrigação de que o produtor forâneo que venha instalar alguma indústria utilize determinada percentagem de produtos locais, *local content*. Como os senhores sabem, isso foi proscrito pelos acordos da Rodada Uruguai em *Trims* e o único que se concedeu foi um prazo de transição, e alguns países, inclusive o meu, nem sequer souberam utilizar esse prazo; pensaram que não o necessitavam e deram-se conta de que agora as coisas são complicadas. Eu poderia falar-lhes de muitos outros temas desse tipo, e essa é um pouco a preocupação que existe por detrás das negociações sobre investimentos, porque ninguém, evidentemente, é contrário ao investimento estrangeiro direto ou ninguém disputa a necessidade de dar garantias aos investidores; o problema é que quase sempre essa negociação se destina, como no caso da OCDE, a criar todo um sistema de obrigações para os Estados, sem contrapartida de obrigações dos investidores privados e, basicamente, o sentido geral dessa iniciativa é criar uma situação em que os Estados terão muito limitada sua capacidade de intervir ou de orientar investimentos.

Por conseguinte, penso que hoje o espaço que ainda existe, mais do que nacional, é regional. Com isto quero concluir minhas palavras para salientar um pouco a importância que atribuo ao trabalho dos senhores. Acontece que muitas das coisas que antes eram possíveis no âmbito nacional hoje não são possíveis. São, mas com muita dificuldade. Contudo, ainda existe um espaço regional, e esse espaço existe não tanto por mérito nosso, mas pela simples razão de que a União Européia é um dos grandes parceiros da OMC, e como a União Européia é um movimento de integração regional, jamais permitiu nenhum tipo de normas que pudessem limitar sua capacidade de continuar a se expandir.

Vou dar-lhes um exemplo concreto; poderia dar-lhes muitos, mas este basta por sua capacidade de persuasão. Os senhores sabem que atualmente o código de subsídios, o Acordo de Subsídios da Rodada Uruguai, somente permite três categorias de subsídios, denominados luz verde. Quer dizer que são acionáveis em termos do sistema de solução de controvérsias; não é por acaso que os três subsídios são utilizados geralmente pelos países industriais.

O primeiro é subsídios de R e D (Research and Development), pesquisa e desenvolvimento de produtos; o segundo são os subsídios utilizados para melhorar a luta contra a poluição atmosférica, da água, os equipamentos de redução de poluição; e os terceiros são os subsídios de desenvolvimento regional e definidos de acordo com a prática da União Européia. Inclusive, por exemplo, os critérios. Somente se admitem desvios da norma geral em regiões onde a média do ingresso *per capita* é pelo menos um terço inferior à média geral. São todos os critérios da União Européia. Enfim, é interessante, porque esse espaço preservado para o desenvolvimento regional é um espaço que, a meu ver, deve ser defendido, deve ser defendido por nós, defendido em Genebra, defendido na ALCA, defendido onde quiserem, porque me parece inescusável que países como os nossos façam concessões nessa matéria da liberdade de utilização de políticas de concessões sem nenhuma justificação,

que não têm sido acompanhadas de nenhuma contrapartida, que é apenas a aceitação de uma situação que convém, evidentemente, àqueles que já têm uma situação muito forte do sistema, mas que representa para nós uma cessão de soberania sem contrapartida, e eu lamento que muito freqüentemente nós tenhamos cometido esse erro. Espero que no futuro o evitemos porque os problemas estão aí, não apenas em Genebra, esse problema das futuras negociações, mas também na ALCA, porque aí também é uma negociação onde há uma disparidade de poder e aí também há que ver como conseguiremos resultados que impeçam o agravamento dessa disparidade.

Quero deixar claro que de nenhuma maneira sou contrário a esses processos; nem a um nem a outro; sou a favor de negociar, mas de negociar bem, de acordo com os interesses. É por isso que nós, a UNCTAD, como Carlos Higuera lembrou, temos nos esforçado por trabalhar para ajudar os países em desenvolvimento para terem propostas proativas. Muitas vezes, quando era Representante do Brasil junto ao GATT me queixava de que o Brasil sabia o que não queria, mas não sabia o que queria, ou seja, tinha uma estratégia defensiva, negativa, e lamentavelmente isso nos ocorre muito, em parte, porque nossa oferta é muito limitada, somos países que não temos muito, ao contrário da China. Eu sei que os senhores fizeram a pergunta a Mike Moore, contrariamente aos asiáticos. Esses, sim, têm muita oferta e são muito competitivos. Nós, porém, como em geral temos uma oferta mais limitada e somos menos competitivos, temos menos coisas a pedir e nos esforçamos por trabalhar com os países em desenvolvimento para, ao mesmo tempo em que buscamos ampliar a oferta ter a capacidade de preparar propostas bem fundamentadas tecnicamente e que possam ter alguma possibilidade de aceitação. Com isso quero terminar minhas palavras. Eu, pessoalmente, e a instituição em que trabalho não temos dúvida quanto à conveniência e ao interesse de uma economia por integrar-se, por inserir-se, a grande economia que se globaliza. Sabemos que, evidentemente, a alternativa autárquica ou a marginalidade é impensável. Então, somos favoráveis à integração, mas com uma qualificação. O que conta não é a quantidade, mas a qualidade da integração. O que conta não é o caráter súbito da integração, que depois não se pode manter, mas a integração que se faz de forma inteligente, sistemática, avançando passo a passo, como têm feito os asiáticos.

Não devemos esquecer; eu lhes falo de meu país, mas creio que se aplicaria a outros. Durante séculos meu país tem sido perfeitamente integrado ao sistema mundial de comércio, porque exportava quase a totalidade do açúcar e do café que produzia; não pode haver melhor integração que exportar praticamente toda sua produção. Mas, como se manteve esse sistema? manteve-se no Brasil com um sistema baseado no latifúndio e no trabalho escravo. De forma que ao mesmo tempo em que nos integramos com o mundo exterior, desintegramo-nos para dentro, e essa seria a raiz de nossos problemas até hoje.

A integração que queremos é a integração qualitativa, como a que fez o Japão em seu tempo, como a estão fazendo a Coréia do Sul, Singapura, Malásia, Tailândia e China. Quer dizer, começar com produtos primários ou, no caso da China ou Vietnã, com as vantagens de uma mão-de-obra muito barata, manufaturas baratas, mas melhorar paulatinamente no conteúdo tecnológico, no valor agregado. Quer dizer, mudar o conteúdo das exportações. Temos que buscar regras que nos permitam percorrer esse processo.

Com estas considerações finalizo e lhes peço desculpas porque creio que falei mais do que devia. Muito obrigado.

- Aplausos.

PRESIDENTE. Pessoalmente me senti um pouco como na universidade. Obrigado, Embaixador Ricúpero, por seus comentários tão analíticos, profundamente bem feitos. Considero que foram sumamente valiosos para mim, muito mais, porém, para o Comitê de Representantes, que sempre necessita uma voz como a sua, de um organismo como o seu.

Comprovamos mais uma vez que a UNCTAD, como no passado, continua sendo o Órgão ideal para nossos países e creio interpretar o pensamento deste Comitê de Representantes para agradecer à Secretaria-Geral da UNCTAD esta cooperação que sabemos ser, às vezes, muito difícil pela massiva presença de países-membros dentro desse organismo.

Por isso penso que a última parte de sua intervenção nos faz pensar que este programa, eu o li em um jornal, para formar novos negociadores, novos pensadores na área das relações econômicas internacionais, que ao mesmo tempo cooperem dentro de seus países na formulação de propostas e políticas, é de primeira magnitude nestes tempos, como é de rigor perante estas negociações gigantescas que vêm sendo feitas nestes dias. Eu desejaria fazer algumas perguntas, se os senhores as têm. O Embaixador Ricúpero dispõe ainda de dez minutos para responder.

Representação do MÉXICO (Julio Lampell Adler). Embaixador Ricúpero, realmente desfrutamos de sua exposição muito estimulante e certamente Vossa Excelência sabe que no âmbito da celebração do aniversário da ALADI estamos fazendo o esforço de repensar nossa organização, ver como podemos fortalecê-la para os próximos anos, e seria de muito interesse para o México, e creio que para todos os demais países-membros, escutar algumas idéias suas sobre sua visão da ALADI, e qual poderia ser o papel nos próximos anos neste concerto internacional.

SECRETÁRIO-GERAL DA UNCTAD (Rubens Ricúpero). Agradeço-lhe muito sua pergunta porque me permite abordar um aspecto ao qual não tive tempo de fazer referência. Creio que uma das dimensões da ação da ALADI consiste em dirigir esse novo aspecto que tomou o regionalismo com as tendências mais recentes.

A realidade é que agora temos no continente diversas experiências regionais, seja em termos sub-regionais por região, como é o caso, por exemplo, do Grupo Andino, do MERCOSUL e de outros grupos, seja porque se inaugurou justamente com o México, Estados Unidos e Canadá, e agora com a negociação da ALCA, uma modalidade nova, que são os acordos de livre comércio entre países altamente industrializados e países em desenvolvimento.

Creio que o aspecto mais interessante dessa modalidade, pelo menos quando penso no NAFTA, tem sido não tanto a ênfase inicial no comércio, mas no nexos investimento-comércio. Sou admirador dessa estratégia do Governo mexicano de saber vincular os dois aspectos, ou seja, saber atrair investimentos que vieram no México para produzir produtos de alta tecnologia, alto valor

agregado com destino ao mercado dos Estados Unidos. Creio que essa é uma das formas práticas de enfrentar o problema que eu tinha mencionado: passar de uma situação de produtores-exportadores de bens, com pouco valor agregado, para uma situação qualitativamente melhor: através do nexu investimento-comércio. Agora todo o problema consiste em saber em que medida esse tipo de acordo tem ainda o potencial de se estender aos outros países porque, logicamente, no caso do NAFTA houve circunstâncias muito específicas. Eu não acompanho muito de perto a negociação da ALCA porque desde Genebra não nos resulta fácil saber o que está ocorrendo nessa negociação, mas eu me pergunto se nessa negociação, que sei que possui elevado número de grupos, esse aspecto do nexu investimento-comércio é algo claramente colocado ou é mais considerado como uma espécie de substrato teórico, no sentido de que se forem liberalizadas as normas isso ocorrerá automaticamente. Não sei como vem sendo tratado esse aspecto e tampouco sei como estão pensando nesse organismo. E aqui se trata mais de uma curiosidade minha porque gostaria mais de escutá-los, como está sendo exposta esta questão da possível harmonização entre ser membro de um movimento de integração como a ALADI, como o MERCOSUL, e um movimento como esse, que está sendo negociado com os Estados Unidos e Canadá, porque eu creio que é possível a harmonização por uma razão muito simples: a meu ver, o sistema internacional atual é um sistema que permite geometrias variáveis, isto é, já não há mais essa exigência de pertencer com exclusividade a apenas um clube, por exemplo. É muito evidente que um país do Pacífico possa ao mesmo tempo, sem contradição, ser membro do APEC, do Grupo Andino, do Grupo do Rio, para a política exterior, ser membro, talvez, de um futuro acordo como a ALCA ou assinar acordos de livre comércio com outros países; com o México, com o Chile, com outros países.

Em tese, não há nada que possa impedir essa geometria variável, mas é claro que os compromissos respectivos em cada grupo não podem colidir; devem ser harmonizados de alguma forma. Então, a mim me parece que um papel importante que a ALADI poderia desempenhar consiste em ver de que maneira essa negociação pode levar a uma harmonização, e não me refiro apenas ao caso da negociação da ALCA, mas à harmonização e à progressiva integração das tentativas regionais ou sub-regionais existentes, mesmo as mais tradicionais em ter uma parceria, uma composição exclusivamente de países em desenvolvimento. Como fazer a convergência desses movimentos. Isso me parece um desafio muito interessante, muito importante, fundamental se queremos preservar os espaços de liberdade para as políticas autônomas de desenvolvimento.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Embaixador. Não sei se a Secretaria quer dizer a Vossa Excelência o que pensamos sobre a ALCA, Grupo Andino, MERCOSUL e como afetariam essas medidas, como algo preliminar, porque só agora estamos começando a tratar esses assuntos.

SECRETÁRIO-GERAL. Evidentemente, o manifestado pelo Embaixador Ricúpero é o grande desafio com que se defronta o futuro da Associação. Como poder conviver dentro deste mundo no qual há tantas negociações de forma simultânea, com esta geometria variável ou, às vezes, até esquizofrênica, se se quer, que levam as políticas econômicas internacionais a negociar um sem-fim de acordos, de caráter bilateral ou multilateral, e como conviver. Como convivem em todo este conjunto de acordos bilaterais e trilaterais perante uma norma multilateral ainda superior, como é a norma da OMC.

Talvez eu me preocupe muito, pessoalmente me preocupo muito menos pelas normas da OMC, porque compartilho plenamente com Vossa Excelência no sentido de que ainda há muitas dificuldades para implementar a Rodada Uruguaí em nossos países. Não existem apenas dificuldades de caráter institucional; elas são ainda mais graves, são dificuldades que passam até pela disponibilidade de recursos humanos. Há países latino-americanos onde determinados assuntos ficam sem tratamento quando um funcionário deixa a administração pública; faltam recursos humanos preparados para atender determinados temas. Esse é nosso grande desafio. Felizmente, a flexibilidade que nos dá o Tratado de Montevidéu nos permite esse convívio pois, embora haja que reconhecer que há grandes assimetrias no desenvolvimento entre vários de nossos países, são assimetrias manejáveis e existem mecanismos de caráter corretivo, se se deseja, compensatório, que ajudam a superar essas assimetrias ou pelo menos a atenuá-las. Sem dúvida, o grande desafio é este avanço silencioso, muito bem cronometrado, que é a negociação da ALCA.

Creio que será necessário que os países latino-americanos adotem uma posição como a indicada por Vossa Excelência, uma posição proativa dentro do processo de negociação, mas também uma negociação proativa em sua negociação para dentro da região, onde pareceria não importar, às vezes, que haja determinadas discriminações em favor de nossa própria região, mas isso também ocorre por uma definição de caráter político de nossos países. Nesse sentido, na Secretaria temos acompanhado permanentemente o desenvolvimento dessa negociação da ALCA, dentro das limitações que inclusive muitas vezes temos em matéria de informação, mas estamos muito conscientes e estamos preparando uma série de trabalhos orientados justamente a colaborar no fornecimento de elementos aos países latino-americanos em torno desta mesa para formular estratégias que ajudem a manter esta discriminação em favor da América Latina.

Se essa estratégia não for proativa ou não contar com uma anuência política, evidentemente deveremos pensar em uma revisão profunda do que significa nossa Associação e, inclusive, o que é ainda mais grave, e aqui falo estritamente a título pessoal, do problema da transculturação que estão vivendo nossos países. Eu dizia recentemente em um foro de que participei na semana passada em Caracas que até agora tínhamos feito integração no âmbito do “cebiche”, mas agora estamos fazendo-a com a “macdonalização”, que nos está avassalando completamente dentro de nossa região.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Secretário-Geral. Embaixador Ricúpero, não se retire sem assinar o Livro de Visitantes Ilustres.

- O Embaixador Rubens Ricúpero assina o Livro de Visitantes Ilustres.

Em nome do Comitê e da Secretaria-Geral lhe entrego a medalha comemorativa do vigésimo aniversário da assinatura do Tratado de Montevidéu 1980.

Encerra-se a sessão.